

Clipping n º 1182

, 02 Julho 2013 - 12:51:31

põ Aposentados e pensionistas fazem passeata no centro do Rio e pedem o fim do fator previdenciário Rio de Janeiro Centenas de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) participaram de uma manifestação na tarde de hoje (1 º), no centro do Rio. Eles reivindicavam principalmente o fim do fator previdenciário, que reduz o valor do benefício de quem se aposenta por tempo de serviço antes de chegar aos 60 anos, no caso das mulheres, e antes dos 65 anos, para os homens.. Carregando faixas e cartazes, os aposentados saíram da Candelária e, em passeata, foram até a Cinelândia. Três faixas da Avenida Rio Branco foram interditadas para a manifestação. A presidenta da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj), Yedda Gaspar, disse que a classe quer maior atenção do governo para alguns projetos de interesse dos aposentados. Nós pedimos a aprovação de projetos de lei que estão engavetados e que beneficiam a nossa classe. Queremos 25% do dinheiro do pré-sal investidos na saúde, entre tantas outras coisas. Nós temos a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas [Cobap] que vai levar adiante nossos interesses em Brasília. Nós estamos aproveitando esta onda democrática para mostrar que nós também temos força, disse. De acordo com a Polícia Militar (PM), a passeata reuniu cerca de 200 pessoas e nenhum problema foi registrado durante a caminhada, que terminou na Cinelândia. O trânsito na região ficou bastante complicado, devido ao fechamento parcial das duas principais avenidas do centro do Rio, a Presidente Vargas e a Rio Branco. Agência Brasil

MTE abre 100 vagas para auditor-fiscal do trabalho; salário de R\$ 14 mil SÃO PAULO - O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou nesta segunda-feira (1) o edital do concurso público para preencher 100 vagas. O cargo é de Auditor-Fiscal do Trabalho e o salário é de R\$ 14.280 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Para concorrer a uma das vagas, é necessário diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação em qualquer área de formação. Os interessados devem fazer a inscrição entre 8 e 29 de julho na página da Cespe/UNB na internet (www.cespe.unb.br/concursos/mte_2013). A taxa de inscrição é de R\$ 130. **Sobre a prova** O certame será composto de provas objetivas, de conhecimentos básicos e específicos, duas provas discursivas e, ainda, sindicância de vida pregressa. A previsão é que as provas aconteçam no dia oito de setembro nas 26 capitais da Federação e no Distrito Federal.

FGTS impõe perda para trabalhadores; desde 99, alta de preços foi 88% maior Criado em 1967 com o objetivo de proteger os empregados demitidos sem justa causa, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) virou nos últimos anos sinônimo de perda para os trabalhadores. A correção faz com que o ganho no fundo seja muito inferior à inflação: desde 1999, a alta de preços foi 88,3% maior. A lei que rege o fundo estabelece que as contas devem ser atualizadas com correção monetária mais juros de 3% ao ano. Mas o indexador usado para a atualização é a Taxa Referencial (TR), cujas variações vêm sendo muito inferiores à da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para Mario Avelino, presidente do Instituto FGTS Fácil, uma organização não governamental, caso acompanhasse a variação da inflação o rendimento teria sido próximo de 9% no ano passado. O Instituto FGTS Fácil calcula que, em uma década, o FGTS tenha deixado de creditar R\$ 127,8 bilhões nas contas dos trabalhadores. O governo transformou o FGTS em mais um imposto, pois, a cada mês, o dinheiro do trabalhador é desvalorizado, não chegando nem a repor as perdas geradas pela inflação medida pelo IPCA reclama

Avelino. O recolhimento do FGTS é dividido entre trabalhadores e patrões. A parcela paga pelos empregadores é considerada parte dos chamados encargos sociais, que encarecem a mão de obra sem aumentar o poder de compra dos empregados. No fim de maio, a Força Sindical entrou com a ação na Justiça para reaver as perdas acumuladas nos últimos 14 anos. Se a ação for vitoriosa, explica o economista Raul Velloso, o FGTS terá de arcar com o ressarcimento do valor, equivalente a 39,2% do patrimônio total do fundo, que no final de 2012 somava R\$ 325,5 bilhões. Conforme Velloso, a adoção do IPCA como indexador seria mais adequada do que a TR. A remuneração (do fundo) devia ser compatível com a inflação referenda Velloso. Segundo uma simulação do Instituto FGTS Fácil, um saldo de R\$ 10 mil em 2002 equivaleria a R\$ 16.238,84 com a correção da TR. Mas o valor sobe para R\$ 25.441,13 quando é corrigido com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A diferença é de 56,67%.

Rendimento pequeno pesa na decisão de sacar Há alguns meses, após muitos cálculos, o empresário Rafael Bolze e a mulher, Ariane, decidiram juntar seus saldos do FGTS para a compra da casa própria, em um condomínio em Porto Alegre. Conforme Bolze, a pequena remuneração do fundo foi levada em conta na hora em que o casal resolveu sacar os recursos, que cobriram 10% do valor da moradia: Como (o fundo) fica parado e o rendimento é pequeno, decidimos usá-lo como entrada. Em razão de só poder ser usado em situações específicas, o FGTS funciona como uma poupança forçada para o trabalhador. Por isso, o presidente da DSOP Educação Financeira, Reinaldo Domingos, não vê com bons olhos o uso dos recursos para a amortização de dívidas imobiliárias: É uma reserva que você não vê, mas existe para eventualidade de, se você perder o emprego, ter condições de sustentar a família. No passado, assalariados puderam aplicar parte do FGTS em ações da Petrobras e da Vale. Desde 2000, as ações da Petrobras renderam mais de 287%, para 82,1% no fundo. As da Vale subiram quase 700% desde 2002, enquanto o FGTS avançou 67,4%. Nos últimos 12 meses, porém, as ações das duas empresas caíram.

Opção de entrar na Justiça Qualquer trabalhador contratado sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1999 tem direito a buscar na Justiça a diferença no saldo do FGTS pelo valor corrigido pela inflação, avalia o presidente da Força Sindical no estado, Cláudio Janta. Entretanto, precisa aderir formalmente às ações movidas pela entidade e por outras centrais sindicais. Por isso, nas próximas semanas a Força Sindical distribuirá formulários de adesão para os sindicatos filiados à central no Estado. A ideia é facilitar a tarefa dos trabalhadores que pretendem ingressar na Justiça. Só a representação da Força Sindical no Estado, se todos entrarem na Justiça, deverá chegar a 800 mil ou 1 milhão de trabalhadores, estima Janta.

Como funciona A formação do FGTS é uma espécie de poupança compulsória. No início de cada mês, as empresas depositam na Caixa o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. O fundo é usado para financiar investimentos em áreas como habitação, saneamento e infraestrutura. Em dezembro de 2012, o patrimônio total do FGTS atingiu R\$ 325,5 bilhões. Os valores só podem ser sacados em situações específicas: demissão sem justa causa, término do contrato por prazo determinado, aposentadoria, necessidade pessoal urgente e grave decorrente de desastre natural, quando o titular da conta vinculada tiver idade igual ou superior a 70 anos, quando o trabalhador ou dependente for portador do vírus HIV ou câncer, na amortização e liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações de consórcios imobiliários e na liquidação ou amortização de dívida habitacional, entre outras. Mensalmente, a Caixa aplica sobre o valor depositado na conta do FGTS a correção pela Taxa Referencial (TR). Por ano, o saldo recebe ainda remuneração por juro fixo de 3%. A Força Sindical pretende que, em vez da TR, a correção seja feita por meio do IPCA, parâmetro para o regime de metas de inflação. Segundo o Instituto FGTS Fácil, somente nos últimos oito meses os trabalhadores de todo o país deixaram de receber R\$ 19,7 bilhões em suas contas em razão da forma de correção pela TR. Desde 2002, o valor que deixou de ser corrigido chegaria a R\$ 127,8 bilhões. (Fonte: Zero Hora)

PL 5.844/13: governo tenta manter multa adicional de 10% do FGTS Para evitar uma perda de arrecadação de R\$ 3 bilhões anuais, o governo articula nos bastidores para manter em vigor a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa. Um projeto (PLP 200/12), do então senador Renato Casagrande (PSB-ES), acabando com a multa está previsto para votação nesta semana na Câmara, mas o governo prepara um texto alternativo (PL 5.844/13) para ser votado antes, vinculando os recursos ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Instituída de forma

provisória em 2001 para sanar um déficit decorrente de decisões judiciais, a cobrança deveria ter acabado em julho do ano passado, quando o rombo foi coberto. O fim da cobrança adicional é uma bandeira da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que vê no adicional um dos fatores de aumento do chamado Custo Brasil. Os empresários lembram que a legislação já determina o pagamento de uma multa de 40% do FGTS no caso de demissões em justa causa, que vai para o bolso do trabalhador. Na visão de Flávio Castelo Branco, gerente executivo de política econômica da entidade, ao defender a manutenção da cobrança extra o governo estaria, na prática, criando mais um tributo. "A sociedade está saturada com a alta carga tributária e a manutenção desse adicional é a criação de um imposto. Vamos tentar inviabilizar essa ideia da mesma forma que trabalhamos para derrubar a CPMF", disse o executivo. **Votação** Para derrubar o adicional, é preciso conseguir maioria absoluta na Câmara dos Deputados, ou seja, obter 257 votos entre os 513 deputados. O líder do PSD, Eduardo Sciarra (PR), acredita que se o quórum na casa estiver alto na quarta-feira (3), dia marcado para a votação, é possível conseguir, ainda segundo Sciarra, o apoio necessário para derrubar a cobrança. "Não temos o compromisso do presidente Henrique Eduardo Alves de colocar a matéria em votação e com a Casa cheia acredito que conseguiremos derrubar a multa", disse. Sciarra ressalta, porém, que a proposta deverá ser devolvida ao Senado porque a data para encerramento da cobrança deve ser alterada para janeiro de 2014. **Argumento** A intenção do governo ao apresentar a proposta é fazer com que a parte da base aliada simpática ao fim da multa ganhe um argumento para defender a manutenção da cobrança. Quando o tema foi debatido no Congresso no final de maio, deputados do PT já tinham usado da tribuna a justificativa de que os recursos permitiam a execução de programas do governo, citando inclusive o Minha Casa, Minha Vida. Com a vinculação expressa em lei, acredita-se ser possível disseminar na base o discurso da necessidade da cobrança do adicional. Outro discurso que pretende-se usar em defesa da multa extra é que ela desestimula a demissão. O governo federal já negociou com Alves (PMDB-RN) para que sua proposta tenha precedência à defendida pelos empresários. A intenção é aprovar a vinculação antes para evitar que seja levada a voto que derrubaria a alíquota. A proposta patrocinada pela CNI foi incluída na pauta da próxima semana, enquanto a do governo não chegou formalmente ao Congresso. Alves só concordou em marcar uma data para a votação da proposta que acaba com a multa em debate porque o PSD de Sciarra estava obstruindo as deliberações de projetos de interesse do governo, cobrando uma solução para o tema. (Com O Estado de S. Paulo)

Jorge Caetano Ferminopj